

# **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

## **REQUERIMENTO Nº     , DE 2009**

**(Do Sr. Eduardo Gomes)**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os mecanismos legais que permitem a instituição de parcerias público-privadas entre fundações de universidades públicas e entidades de iniciativa privada para a viabilização tecnológica e operacional de sistemas de ensino à distância.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que seja convocada uma Audiência Pública nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para discutir os seguintes temas:

- Os mecanismos legais que permitem a instituição de parcerias público-privadas entre fundações de universidades públicas e entidades da iniciativa privada para a viabilização tecnológica e operacional de sistemas de ensino à distância, bem como os ajustes que precisam ser introduzidos no sistema da UNITINS para adequação às diretrizes estabelecidas pelo MEC;

- A natureza jurídica da Fundação Universidade do Tocantins e possibilidade de cobrança de matrículas e mensalidades pela Instituição;

- Os ajustes que precisam ser executados, à luz das diretrizes emanadas pelo MEC, no modelo de parceria público-privada estabelecida pela UNITINS e EDUCON de forma a viabilizar tecnológica e operacionalmente o ensino à distância;

- O estabelecimento por parte da UNITINS e do Estado de termos viáveis financeiramente e isonômicos em relação a outras instituições similares;

- Reabertura dos processos seletivos da UNITINS;

- Renovação do credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade à distância e reconhecimento dos cursos da UNITINS.

Para a Audiência Pública deverão ser convidados os seguintes especialistas e autoridades:

- Sr. Carlos Eduardo Bielschovsky - Secretário de Ensino à distância do **MEC**;

- Dra. Ludmila Ribeiro – Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão do **Ministério Público Federal**;

- Deputada Nilmar Ruiz;

- Senador João Ribeiro;

- Senadora Kátia Abreu;

- Senador Cristóvão Buarque;

- Senador Flávio Arns;

- Deputado Ricardo Barros – **Presidente da Frente Parlamentar de Ensino à distância**;

- Deputado Carlos Gaguin – **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**;

- Sr. Tiago Andrino – Diretor de Ensino à Distância da União Nacional dos Estudantes (**UNE**);

- Representante dos alunos da **UNITINS**.

## JUSTIFICAÇÃO

A Universidade do Tocantins, Instituição de Ensino Superior, foi criada no ano de 1990, pelo Decreto Estadual n.º 252, sob a forma de autarquia. Posteriormente, por meio da Lei nº 872, de 1996, a autarquia foi extinta, tendo nascido no mesmo ano, por meio da Lei Estadual nº 874, a Fundação Universidade do Tocantins, fundação esta pública, porém de características e natureza de direito privado.

Transcorridos quatro anos da instituição da Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS e com a criação da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT, todo o patrimônio da UNITINS foi automaticamente transferido para a nova universidade federal, fato este que deixou a antiga Fundação Universidade do Tocantins à beira do encerramento completo e definitivo de suas atividades.

Diante desse quadro, associado à demanda crescente por formação de professores no Estado do Tocantins, a UNITINS iniciou um Projeto Piloto de ensino à distância em parceria com a EDUCON para formação de professores para a Rede Estadual de Ensino, em cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Como resultado desse projeto, a Universidade já formou mais de 12.000 professores, em cerca de 140 telessalas, localizadas em 129 cidades do Estado, permitindo ao Estado do Tocantins ostentar, hoje, um dos maiores índices de professores de escola pública com formação superior no Brasil.

Valendo-se das prerrogativas da autonomia universitária, a UNITINS criou outros cursos de graduação na modalidade de Ensino à Distância, sendo que, no período de 2003 a 2008, a UNITINS formou 15.996 pessoas em uma rede compreendida em mais de 1500 telessalas, em todo o Brasil, das quais 48% estão localizadas em cidades com menos de 20.000 habitantes e com IDH menor que a média brasileira. Em todo o país, 76% dos alunos da UNITINS são mulheres, 57% são pessoas com mais de 30 anos e 49% tem renda inferior a R\$760,00.

A partir do ano de 2007, porém, com o aprofundamento das exigências do Ministério da Educação relativas aos sistemas de Ensino à Distância, foram identificadas necessidades de adequação em todas as Instituições de Ensino Superior supervisionadas, sendo que na maior parte delas, deu-se a oportunidade de assinar termos de saneamento para se adequar às novas diretrizes, o que não ocorreu com a UNITINS/EDUCON, face ao entendimento de que a UNITINS, por constituir-se em uma fundação instituída pelo poder público, não poderia cobrar mensalidades de seus alunos.

Em 26 de fevereiro de 2009, o Sr. Carlos Eduardo Bielschowsky, Secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação, determinou à UNITINS a suspensão do ingresso de novos estudantes de graduação na modalidade à distância enquanto não for implantada a gratuidade do ensino de graduação à distância ministrado pela UNITINS.

Além disso, o MEC estabeleceu uma série de exigências para a normalização da situação da Universidade, que se mostram de tal forma inexecutáveis do ponto de vista financeiro, que mesmo recebendo o total das mensalidades dos alunos, a assinatura do termo comprometeria a viabilidade financeira e a própria existência da Instituição, o que está levando a instauração de processo administrativo de descredenciamento da UNITINS para oferta de cursos superiores na modalidade à distância.

Essa situação está causando um grande prejuízo para alunos dos sistemas de ensino à distância da UNITINS, localizados não só no Estado do Tocantins como nas demais unidades da Federação do País. Sendo assim, entendo de extrema urgência que o tema seja debatido nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para que sejam formuladas as soluções legislativas adequadas para que seja resolvido não só o problema da UNITINS, mas para que se viabilize legal, tecnológica e operacionalmente o funcionamento dos sistemas de Ensino à Distância implantados por Fundações de Entidades de Ensino Superior Públicas.

Sala da Comissão, em        de        de 2009.

Deputado Eduardo Gomes  
PSDB/TO